



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **4 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 3 de agosto de 2012

<b>O GLOBO</b> Indústria ainda não encontrou um novo caminho.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Indústria ainda não encontrou um novo caminho.....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Governo prepara reformas e vai 'fatiar' pacote anticrise.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Indústria vai à Justiça para liberar mercadorias retidas pelas greves.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>O GLOBO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria ainda não encontrou um novo caminho</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**A valorização do real e os juros elevados, antes apontados como grandes obstáculos à recuperação do setor industrial, já não são os maiores problemas**

A pequena reação da indústria em junho (crescimento de 0,2% em relação a maior) não foi suficiente para compensar a queda da **produção** no primeiro semestre, da ordem de 3,8% quando comparada a mesmo período de 2011. Segundo o IBGE, responsável por essa estatística, a indústria brasileira hoje produz o mesmo que há três anos. Mesmo que o setor tenha passado por um ponto de inflexão, como acredita o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, é pouco provável que a **produção** chegue a registrar crescimento em 2012. Os especialistas projetam uma queda de até 2%, o que, contribuirá para o fraco desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano.

O enfraquecimento chegou a alimentar a discussão sobre se o **Brasil** estaria caminhando por um processo de desindustrialização. E ainda se isso seria inevitável e, de certa forma, até positivo, pois indicaria uma transformação na direção dos serviços, característicos de economias mais avançadas. A valorização do real era apontada como

principal motivo dessa desindustrialização. O **Brasil** teria virado um grande **exportador** de commodities, nos quais a vantagem comparativa era tamanha que tais segmentos poderiam suportar a valorização da moeda nacional. Já a indústria, não. Sem proteção, especificamente barreiras às **importações** oriundas da Ásia, a indústria não iria sobreviver, diziam lideranças do setor.

O real hoje já não está mais tão valorizado, o custo do capital vem diminuindo com a queda das taxas de juros básica, e o consumo continua sendo estimulado por uma razoável oferta de crédito. No entanto, grande parte da indústria brasileira não consegue se recuperar. O governo tenta estimulá-la com desonerações tributárias tópicas, políticas de compras e preferências de **mercado** (seja no caso do suprimento a empresas de petróleo, seja com vantagens nos preços oferecidos em licitações oficiais).

A esses estímulos a indústria tem reagido timidamente. O setor se depara com as mesmas dificuldades enfrentadas pelas demais empresas na economia brasileira, mas é o que parece pior conviver com este ambiente negativo. A importância da indústria para o país é inegável, por

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria ainda não encontrou um novo caminho</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A pequena reação da indústria em junho (crescimento de 0,2% em relação a maio) não foi suficiente para compensar a queda da **produção** no primeiro semestre, da ordem de 3,8% quando comparada a mesmo período de 2011. Segundo o IBGE, responsável por essa estatística, a indústria brasileira hoje produz o mesmo que há três anos. Mesmo que o setor tenha passado por um ponto de inflexão, como acredita o ministro da Fazenda, Guido Mantega, é pouco provável que a **produção** chegue a registrar crescimento em 2012. Os especialistas projetam uma queda de até 2%, o que contribuirá para o fraco desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano.

O enfraquecimento chegou a alimentar a discussão sobre se o **Brasil** estaria caminhando por um processo de desindustrialização. E ainda se isso seria inevitável e, de certa forma, até positivo, pois indicaria uma transformação na direção dos serviços, característicos de economias mais avançadas. A valorização do real era apontada como principal motivo dessa desindustrialização. O **Brasil** teria virado um grande **exportador** de commodities, nas quais a vantagem comparativa era tamanha que tais segmentos poderiam suportar a valorização da moeda nacional. Já a indústria, não. Sem proteção, especificamente barreiras às **importações** oriundas da Ásia, a indústria não iria sobreviver, diziam lideranças do setor.

O real hoje já não está mais tão valorizado, o custo do capital vem diminuindo com a queda das taxas de juros básicas, e o consumo continua sendo estimulado por uma razoável oferta de crédito. No entanto, grande parte da indústria brasileira não consegue se recuperar. O governo tenta estimulá-la com desonerações tributárias tópicas, políticas de compras e preferências de **mercado** (seja no caso do suprimento a empresas de petróleo, seja com vantagens nos preços oferecidos em licitações oficiais).

A esses estímulos a indústria tem reagido timidamente. O setor se depara com as mesmas dificuldades enfrentadas pelas demais empresas na economia brasileira, mas é o que parece pior conviver com este ambiente negativo. A importância da indústria para o país é inegável, por seus efeitos multiplicadores, pelos salários que paga, pela arrecadação de impostos. Para ganhar competitividade, a indústria necessita de melhoras alheias ao setor, como, por exemplo, uma infraestrutura mais eficiente e um sistema tributário mais adequado. Porém, a indústria brasileira também precisa se renovar. Processos produtivos desatualizados, deficiências de qualidade e questões gerenciais são desafios específicos do setor, que não dependem inteiramente de políticas públicas.

Mas das autoridades governamentais também se esperam programas de apoio à inovação, ao **desenvolvimento** tecnológico, à qualificação de pessoal. Há muito o que pode ser feito pela indústria. Pacotes tópicos se tornaram inócuos.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo prepara reformas e vai 'fatiar' pacote anticrise</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A presidente Dilma Rousseff prepara para depois das eleições municipais a negociação com o Congresso de duas reformas: a da previdência do INSS, em troca do fim do fator previdenciário, e a que flexibiliza a legislação trabalhista, cujo anteprojeto está na Casa Civil e que deverá dar primazia ao que for negociado entre as partes sobre o legislado, ampliando a autonomia de empresas e sindicatos.**

Ontem o Palácio do Planalto adiou a reunião que a presidente faria com um grupo de empresários no dia 7 porque o pacote de medidas de estímulo aos investimentos não ficará pronto a tempo. O governo deverá anunciar as novas medidas em blocos separados

Os técnicos do governo envolvidos na elaboração das medidas de concessão do serviço público ao setor privado, redução dos encargos da conta de energia elétrica, reforma do PIS/Cofins e incorporação de mais setores na desoneração da folha de salários enfrentam enorme dificuldade de compatibilizar o aumento de gastos do Tesouro que isso representará com a disponibilidade de receitas para 2013. É preciso encontrar ainda uma margem de arrecadação para atender a algumas categorias de servidores públicos em greve.

Dos onze encargos incidentes sobre as contas de energia - que representaram R\$ 16,35 bilhões em 2011, ou 0,39% do **PIB** - apenas três ou quatro devem ser retirados da tarifa e transferidos para o Tesouro. Não está decidido, porém, se eles serão integralmente ou parcialmente removidos.

Na reforma do PIS/Cofins, não está claro se há espaço fiscal para redução da tributação ou se a mudança terá que ser neutra do ponto de vista da arrecadação.

As concessões de rodovias, portos, ferrovias e aeroportos devem ser anunciadas primeiro, provavelmente na semana que vem. Em seguida, virá o pacote de energia, com a retirada dos encargos e a renovação das concessões.

Cumprida essa agenda, o governo deve se dedicar às negociações com a Câmara para trocar o fim do fator previdenciário pela idade mínima para a aposentadoria, de 60 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens.

Mudanças e regras mais restritivas terão que ser feitas nas pensões por morte, que consumiram R\$ 100 bilhões em 2011 (2,8% do **PIB**)

**Claudia Safatle**

**Previdência e CLT na agenda após eleições**

Após as eleições municipais de outubro, a presidente Dilma Rousseff pretende negociar com o Congresso o fim do fator previdenciário - que está à espera de votação no plenário da Câmara - em troca de uma reforma da previdência do INSS, que estabeleça idade mínima para a aposentadoria de 60 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens.

Depois do pacote de medidas destinado a estimular os investimentos - cujo anúncio foi adiado e tende a ser feito em duas etapas, no fim deste mês e em meados de setembro -, o foco do governo deve se voltar para dois temas delicados: as novas regras do INSS e a flexibilização do **mercado** de trabalho.

Nesse último tema, a discussão será em torno de um anteprojeto de lei que amplia a autonomia de empresas e sindicatos nas negociações de cada categoria, abrindo espaços legais para dar primazia do negociado sobre o legislado.

**Cortes vão atingir "viúvas alegres e filhas amasiadas"**

A intenção do governo é retomar a iniciativa e vencer as múltiplas resistências a essas duas reformas, que são debatidas e engavetadas há mais de uma década.

Mudanças e regras mais restritivas terão que ser feitas também nas pensões por morte e essas, se vierem, já vêm tarde. A conta das pensões por morte atingiu a exorbitância de R\$ 100 bilhões no ano passado - equivalente a 2,8% do **PIB** - e sobre ela não há controle nem limite de duração. Do total, cerca de R\$ 60 bilhões são gastos anualmente com pensões do INSS, e os outros R\$ 40 bilhões, com as do setor público. A média dos países da OCDE com essa despesa está entre 0,8% e 1% do **PIB**.

"São as viúvas alegres e as filhas amasiadas" os alvos dessa medida, comenta uma fonte oficial, referindo-se às

altíssimas pensões pagas a viúvas de desembargadores, por exemplo, e às filhas de pensionistas que não se casam oficialmente para herdar o benefício vitalício. Um caminho possível é limitar o recebimento da pensão por morte a um prazo de três a cinco anos.

O fator previdenciário, que está com seus dias contados, foi instituído em 1999, durante o governo FHC, para dissuadir os trabalhadores a buscarem a aposentadoria precoce. Trata-se de uma fórmula que leva em conta a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida do brasileiro para calcular o valor do benefício. Só este ano, a vigência do fator representa uma redução de cerca de R\$ 10 bilhões nas despesas com benefícios. Como a tabela de expectativa de vida do IBGE se altera a cada ano, cria-se uma incerteza sobre quando o trabalhador poderá receber o teto.

O fato é que, com o fator, para chegar ao teto do benefício o requerente da aposentadoria acaba tendo que atingir a idade mínima de 60 e 65 anos, para mulheres e homens, respectivamente.

A proposta que o governo deve fazer como alternativa ao fim do fator preservará direitos adquiridos e, portanto, só será aplicada aos que ingressarem no **mercado** de trabalho a partir da nova legislação. E mesmo o fim do fator previdenciário será gradual, num processo de transição que não comprometa as contas da previdência social.

Uma hipótese para a transição, sugerida pelo **Ministério** da Previdência, é conceder aposentadoria integral aos que já estão no **mercado** de trabalho quando a soma da idade e do tempo de contribuição for de 85 anos para as mulheres e de 95 anos para os homens, adicionando um ingrediente móvel para adequar o benefício à tabela de expectativa de vida do IBGE.

Com as mudanças no RGPS e as que já foram feitas para o funcionalismo público com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp), o governo Dilma completaria a reforma da seguridade social e eliminaria distorções que sobreviveram por décadas.

No primeiro semestre deste ano, o RGPS acumulou déficit de R\$ 20,5 bilhões, cifra que sobe para R\$ 36,5 bilhões no acumulado de 12 meses. Já a conta das aposentadorias do setor público é bem maior e o déficit anual ronda a casa dos R\$ 60 bilhões. Em 2011, foi de R\$ 56 bilhões.

Na Câmara, há pressões de alguns partidos, como o PDT, para acelerar a votação do fim do fator. O presidente da Casa, deputado Marco Maia (PT-RS), alega que aguarda os retornos do grupo de trabalho que ficou de estudar o tema no governo e preparar uma nova proposta.

Flexibilizar as negociações trabalhistas é, também, outra face das reformas há tantos anos discutidas e jamais implementadas. Por iniciativa do movimento sindical, está na Casa Civil um anteprojeto de lei que propõe alterações da Consolidação das Leis do Trabalho para dar primazia aos acordos feitos nas fábricas. Conforme reportagem publicada pelo Valor na edição do dia 7 de julho, a proposta foi elaborada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a adesão a essa nova lei, como alternativa à CLT, seria facultativa.

O texto foi entregue em setembro do ano passado ao secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e ao presidente da Câmara, Marco Maia. Pela proposta, o Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico (ACE) regulamentaria a criação de Comitês Sindicais de Empresa (CSE) - as antigas comissões de fábrica - nos locais de trabalho, dando segurança jurídica às negociações dos comitês diretamente com a direção das empresas. O acordo não poderia, porém, cortar direitos trabalhistas (férias, 13º salário, entre outros).

Reforma da previdência, flexibilização das leis trabalhistas e privatizações são temas da velha Agenda Perdida, elaborada por economistas quando da primeira eleição de Lula, em 2002. O ex-presidente teve a iniciativa de aprovar os primeiros passos da nova previdência do setor público, mas parou aí. **Lula** também declarou, nos primeiros anos do primeiro mandato, que gostaria de alterar alguns aspectos da CLT, mas desistiu.

O pacote de medidas que o governo quer divulgar até setembro tem por objetivo desobstruir os investimentos produtivos e cuidar do crescimento da economia pelo lado da oferta. Até agora, à exceção de periódicas e dirigidas políticas industriais, o que foi feito desde o governo passado foi expandir a demanda.

Se não forem apenas intenções do Palácio do Planalto, nos próximos meses a presidente estará derrubando tabus.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria vai à Justiça para liberar <u>mercadorias</u> retidas pelas greves</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Por Rodrigo Pedroso, Fernanda Pires\*, Rodrigo Polito e Francisco Góes | De São Paulo, Santos e do Rio**

A operação-padrão de fiscais da Receita Federal e a greve dos funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estão afetando o escoamento de mercadorias nos portos e levaram setores e federações da indústria à Justiça. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) entrou ontem na Justiça Federal com mandado de segurança contra a Anvisa para liberar toda a carga retida pela autarquia em portos, aeroportos e entrepostos comerciais fiscalizados pela agência. Medida semelhante havia sido tomada quarta-feira pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc).

Em Santos, principal porto do país, a operação-padrão da Receita provocou um acúmulo de cargas paradas, especialmente de contêineres. O Valor apurou que alguns terminais estão com baixa capacidade para receber novos lotes. Num deles, a folga nos pátios é de apenas 20%. "O ideal é que essa margem esteja em 60%", afirmou a fonte. Os fiscais só estão desembarcando as cargas em dois dias da semana: segundas e sextas-feiras. Conforme outra fonte, um terminal, que liberava 7.500 processos por mês, já registrou redução de 648 processos. Cada processo diz respeito a um lote de contêineres, cujo volume varia.

O inspetor-chefe da alfândega em Santos, Cleiton Alves dos Santos João Simões, confirmou que os desembarços estão ocorrendo apenas em dois dias, mas afirmou que nos demais os servidores estão trabalhando em serviços internos.

Em outro terminal de carga geral, o impacto ainda não foi tão brusco como em greves passadas de servidores da Receita. "Aparentemente a operação-padrão não atingiu o sistema de parametrização [que define o canal em que a carga cai]. Tradicionalmente temos 70% dos clientes em canal verde. Os 30% restantes têm levado o dobro de tempo para liberação", contou a fonte. De acordo com o inspetor da Receita, "as mercadorias perecíveis, entre outras, são liberadas com prioridade. Quanto às demais, está sendo seguida a normatização pertinente".

Ontem, a Justiça deferiu pedido do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo

(Sindamar) determinando que a Anvisa em Santos adote todas as medidas necessárias para garantir a continuidade de serviços públicos prestados, independentemente do estado de greve. O diretor-executivo da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar), André Zanin, disse que a Anvisa já vinha cumprindo a emissão de livre-prática (autorização para o navio entrar no porto) em Santos. Mas espera que agora haja mais celeridade. Ontem, 83 navios aguardavam para entrar no porto de Santos e 41 estavam atracados.

Em Santa Catarina, a Fiesc espera que o pedido de mandado de segurança seja julgado ainda hoje. A entidade reclama principalmente da demora no desembarço de produtos ligados à saúde. Os outros setores, segundo o presidente Glaucio José Côrte, se queixam mais do atraso na liberação das importações em função da operação-padrão da Receita no porto de Itajaí. "Eles estão liberando cada hora um contêiner para uma empresa. O que está ficando crítico é o espaço no porto, já que as áreas onde ficam as mercadorias, estão praticamente no limite."

Depois de entrar com mandado de segurança em São Paulo, a Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde (ABIIS) vai entrar na Justiça em mais cinco Estados hoje. O pedido de liminar será para garantir que os funcionários da Anvisa atendam aos pedidos de liberação de mercadorias do setor.

De acordo com Carlos Eduardo Gouvêa, presidente da associação, os empresários que importam produtos para a realização de diagnósticos e reagentes químicos usados em bancos de sangue são os mais prejudicados. As maiores dificuldades para o desembarque estão sendo encontradas em portos e aeroportos de Santa Catarina, Paraná, Rio, Minas e Espírito Santo, além de São Paulo. Segundo ele, as empresas trabalham, em média, com um estoque de um mês, que está em um nível baixo. "O setor de saúde está preocupado. Pensávamos que fosse ser uma greve de alerta, mas está ganhando força a cada semana", diz.

João Maria Medeiros, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências), disse que está sendo mantida "a liberação de

produtos excepcionais, principalmente os ligados à saúde, ou aqueles que possuem mandados." Segundo Medeiros, 70% dos servidores das agência reguladoras estão com os braços cruzados.

No Rio, a medida foi impetrada pelo Centro Industrial do Rio de Janeiro (Cirj), ligado ao sistema Firjan e que reúne cerca de 4 mil empresas industriais e comerciais. Caso a

Justiça acate o pedido da entidade, a Anvisa será obrigada a liberar toda a carga referente a essas empresas. A Firjan não sabe estimar qual o volume de carga total retido no porto do Rio de Janeiro. Segundo a entidade, porém, a principal reclamação é feita pelo setor farmacêutico. (\*Para o Valor, de Santos)